

# CIÊNCIA E AGRICULTURA NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM SANTA CATARINA

*Lucy Woellner dos Santos\**

## INTRODUÇÃO

A pesquisa científica, em geral, e especificamente a pesquisa agrícola tiveram início tardio no Brasil. Somente na segunda metade do século XIX é que começaram a ser criadas as primeiras instituições de pesquisa em nosso País. Na Região Sul a literatura registra, naquela época, apenas a existência do Imperial Instituto de Agricultura do Rio Grande do Sul e do Imperial Estação Agronômica de Campinas, em São Paulo, que mais tarde transformou-se no Instituto Agronômico de Campinas.

No Estado de Santa Catarina, até pouco tempo, as informações disponíveis nos documentos oficiais sobre a organização da pesquisa agrícola revelavam que o início dessas atividades ocorrera na década de 30 deste século, com a criação do Instituto Agronômico do Sul - IAS, sediado em Pelotas/

RS, mas com abrangência também sobre os Estados do Paraná e Santa Catarina. O marco inicial da pesquisa agrícola em Santa Catarina seria, então, a criação das Estações Experimentais de Perdizes, em 1936, seguida pela de Rio Caçador, em 1937.

Contudo, tendo como ponto de partida essas informações oficiais, pesquisas realizadas a partir de 1992 (Santos, 1992; 1994a; 1994b; 1997; 1998; Duarte et al., 1995), revelaram informações a respeito de outros esforços de organização da pesquisa agrícola no Estado de Santa Catarina, que antecederam a criação daquelas estações experimentais, até então consideradas pioneiras.

O objetivo do presente trabalho é demonstrar que desde os últimos anos do século XIX e, principalmente no início do século XX, já existia, no Estado de Santa Catarina, um discurso de valorização da ciência e uma prática científica visando equacionar problemas tecnológicos e desenvolver a agricultura. Além disso, visa também revelar os esforços de produção e disseminação de conhecimentos científicos gerados ou adaptados e transferidos ao setor agrícola desse Estado, do início do século

---

\* Analista em C&T e membro do Grupo de Estudos em Inovação Tecnológica no Agronegócio, do Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR; doutoranda no PPGEP/ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: lucyws@pr.gov.br.

até o final da década de 20.

O principal locus desse relato é a Estação Agronômica e de Veterinária do Estado, uma entidade criada pelo governo estadual em 1895, no núcleo italiano de Rio dos Cedros, então parte da Colônia Blumenau. São citadas, ainda, as entidades que, de alguma forma, deram continuidade a essa iniciativa. A Estação Agronômica, assim como essas demais entidades, representou a concretização das políticas do governo estadual para o desenvolvimento tecnológico na agricultura. Essas políticas, embora pouco formalizadas e frágeis, expressavam que havia uma preocupação e um espaço para o avanço científico no setor agrícola entre as prioridades do governo estadual naquele período.

A análise aqui realizada se encerra no final da década de 20, uma vez que, a partir do início da década de 30, uma nova fase se delineia, na qual a estrutura do Ministério da Agricultura começa a formalizar-se e a modernizar-se com a criação de órgãos voltados à pesquisa agrícola, os quais tinham como finalidade elevar a produtividade da terra e da mão-de-obra e, conseqüentemente, a produção agrícola. Também em Santa Catarina os reflexos dessa tendência serão sentidos com o surgimento de Postos Agropecuários e a criação das Estações Agronômicas do Ministério da Agricultura, dentro de uma nova configuração de política agrícola e de modelo de desenvolvimento.

O artigo se compõe de quatro partes. A primeira procura situar a pesquisa agrícola realizada em Santa Catarina no início do

século no contexto mais amplo do desenvolvimento dessa área da ciência no Brasil. A segunda resume a trajetória da Estação Agronômica do Estado, a entidade que marcou o início da pesquisa agrícola no Estado, destacando o ambiente de sua criação, em 1895, sua atuação e sua extinção, em 1920. No tópico seguinte são destacados os esforços de organização da pesquisa na área agrícola e de produção animal, na década de 20, observando que as estruturas criadas já apresentam componentes fortes de fomento e de extensão agropecuária e um enfraquecimento das atividades de pesquisa. Finalmente, são tecidas algumas considerações, à guisa de conclusão, procurando resumir a trajetória da pesquisa agrícola em Santa Catarina nos primeiros trinta anos do século, e como se esboçavam os antecedentes para a nova etapa que veio a se configurar nos anos seguintes.

## **1 O CONTEXTO DA PESQUISA AGRÍCOLA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

No século XIX a Europa já contemplava uma ciência relativamente organizada em universidades e institutos. Naquela época predominava o cientificismo entre os meios acadêmicos e intelectuais e um grande entusiasmo em relação ao poder transformador da ciência. Na Europa, a posição de vanguarda científica era da Alemanha, que durante todo o século XIX havia investido muitos recursos na criação

de uma estrutura de pesquisa e na capacitação de recursos humanos. Em termos de organização da pesquisa agrícola, a Alemanha havia inovado com a concepção de um modelo no qual as estações experimentais eram mantidas pelo Estado, apoiadas localmente pelos produtores e associações, ao contrário da Inglaterra e da França, onde as estações ficavam à mercê das pressões de seus mantenedores.

No Brasil do século XIX não havia uma política científica e tecnológica que objetivasse o fortalecimento do País ou a promoção da capacitação de pesquisadores. A ciência do final do século passado pode ser definida pela predominância da influência européia, do positivismo, e pela presença de cientistas europeus que para aqui vieram e dirigiram instituições criadas pelo governo imperial, bem como lideraram grupos de pesquisa emergentes. Na organização da pesquisa agrícola, o modelo adotado no Brasil foi o modelo alemão de institutos ligados ao poder público.

Os institutos criados entre 1859 e 1861 - os Imperiais Institutos de Agricultura na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul - não tiveram vida longa, à exceção do Instituto Bahiano de Agricultura, do qual nasceu, em 1875, a Imperial Escola de Agricultura da Bahia (Gastal, 1980) existente até hoje como Escola Agrícola da Bahia, em Cruz das Almas. Criadas pela iniciativa dos governos estaduais, até o início do século XX são apontadas, ainda, uma instituição de ensino

de agricultura e veterinária criada em 1883, em Pelotas/RS, que deu origem, mais tarde, à Escola de Agricultura Eliseu Maciel e, em 1885, a criação da Imperial Estação Agronômica em Campinas/SP, que passou à administração estadual em 1892, com o nome de Instituto Agronômico de São Paulo.

São Paulo era, sem dúvida, o pólo mais dinâmico, não só do ponto de vista econômico, mas também no que se refere ao desenvolvimento da ciência na área agrícola. Assim, se as entidades de pesquisa criadas no final do século tiveram um caráter frágil e transitório, entre todas elas a que teve maior destaque, além de haver sobrevivido e ganho relevância crescente com o passar dos anos, foi a Imperial Estação Agronômica de Campinas, hoje o Instituto Agronômico de Campinas.

Além das experiências citadas, não são reconhecidas, na literatura, iniciativas de organizar pesquisa agrícola em outros estados até os primeiros anos deste século. Contudo, mais ou menos representativas, dotadas de maior ou de menor infraestrutura e com resultados de maior ou de menor impacto, certamente existiram entidades criadas pelos governos estaduais. Além disso, havia, naquela época, pessoas estudando e produzindo conhecimento científico em escolas, institutos, museus ou faculdades, embora com menor representatividade ou destaque. Um exemplo disso é a Estação Agronômica e de Veterinária do Estado, em Santa Catarina, cuja trajetória será abordada no

próximo tópico.

No início do século, o Ministério da Agricultura, que havia perdido importância no início do período republicano, chegando a ser extinto em 1892, volta a ser criado e sua reinstalação é efetivada em 1909. No que se refere à pesquisa agropecuária, a estratégia do Ministério reinstalado passa a ser a de desenvolver essa atividade por meio de estações experimentais, sendo a primeira a estação experimental de cana-de-açúcar de Campos, criada em 1910. Em seguida vieram a estação experimental de cana-de-açúcar de Escada, em Pernambuco (1911), as estações sericícolas de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, de Barbacena, em Minas Gerais (1912), e, em 1913, a estação experimental de algodão, em Coroatá, no Maranhão (Sousa, 1993).

Nesse período começam a surgir, em todo o País, as Escolas Superiores de Agricultura e de Veterinária e, no Estado de São Paulo, os primeiros Postos de Zootecnia. Ao lado do desenvolvimento de instituições especializadas em ensino, ocorreu o surgimento daquelas que, com especialização em pesquisa, assumiam também funções de fiscalização, fomento e até mesmo participação complementar na própria atividade de ensino agrícola, como o Instituto de Química, criado em 1918. O ano de 1920 é marcado pela criação, no Ministério da Agricultura, de uma série de órgãos relacionados à investigação agropecuária, como o Serviço do Algodão, o Serviço de Vitivinicultura e o Serviço de

Sementeiras.

É neste cenário que se situa a fase da pesquisa agrícola de Santa Catarina a ser analisada neste trabalho. Na etapa posterior, a partir do início da década de 30, já uma nova fase se delineia no Brasil com o surgimento de uma burguesia industrial economicamente forte e politicamente poderosa, configurando a etapa conhecida como “Estado Populista”, o qual passa a refletir não mais os interesses da burguesia agrária, mas sim os dessa burguesia industrial. Sua ação, no que se refere à organização dos órgãos voltados à agricultura, foi no sentido de estimular a configuração do complexo agroindustrial brasileiro por meio da criação de entidades como o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool, o IBC (Instituto Brasileiro do Café), o DENOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), entre outros. Com relação à pesquisa agrícola, a estrutura começa, então, a formalizar-se e a modernizar-se com a criação de órgãos que tinham a finalidade de elevar a produtividade da terra e da mão-de-obra e, conseqüentemente, a produção agrícola global, como forma de transferir excedentes do sistema agropecuário para o sistema industrial (Carvalho, 1992). Constata-se, a partir da década de 30, em vários estados e também em Santa Catarina, o surgimento de Postos Agropecuários e a criação das Estações Agronômicas do Ministério da Agricultura, dentro de uma nova configuração de política agrícola e de desenvolvimento.

Numa visão longitudinal do setor no Brasil, cabe destacar que na seqüência, no período 1930-60, ocorreu um grande número de reformas no setor público agrícola, as quais resultaram na criação de Diretorias especialmente destinadas à pesquisa científica e ao ensino agrônômico, embora reforçando cada vez mais o centralismo administrativo e a presença gradativamente maior do governo federal nos estados (Sousa, 1993). Também foi nesse período - na década de 40 - que tiveram início no Brasil as atividades das Associações de Crédito e Assistência Rural - ACARs, implantadas com o objetivo de estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilitasse “a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural” (Carvalho, 1992, p. 132).

Em 1972 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, com a extinção do Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias - DNPEA. À EMBRAPA foram delegadas as atribuições de elaborar as políticas de pesquisa agrícola de âmbito nacional, definir prioridades, coordenar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e realizar pesquisa através de seus Centros Nacionais, unidades de execução e empresas e instituições estaduais. Embora significativas mudanças tenham ocorrido na estrutura da empresa e em suas relações com os órgãos estaduais de pesquisa, a EMBRAPA permanece até hoje como a entidade coordenadora do Sistema Nacional

de Pesquisa Agropecuária.

## 2 A ESTAÇÃO AGRONÔMICA DO ESTADO<sup>1</sup>

Em Santa Catarina, no final do século XIX, foi criada a Estação Agrônômica e de Veterinária do Estado, na colônia italiana de Rio dos Cedros, então pertencente ao município de Blumenau (Santa Catharina, 1900/Lei nº 166, de 28.09.1895). A criação da Estação deu-se num contexto em que alguns fatores eram relevantes. Entre esses fatores pode-se citar o cientificismo e o desenvolvimento da técnica que predominavam na Europa, na segunda metade do século XIX, e que ressaltavam a idéia da ciência como viabilizadora do progresso da sociedade. Foi nesse ambiente europeu que tiveram sua formação acadêmica os principais protagonistas envolvidos na criação da Estação Agrônômica. Foram eles, Hermann Blumenau, farmacêutico e doutor em química pela Universidade de Erfurt, na Alemanha, fundador e diretor da Colônia Blumenau (mais tarde, município de Blumenau), que pretendia desenvolvê-la sobre bases científicas e por isso exaltou a importância e criou um ambiente propício à implantação de um órgão de pesquisa na Colônia; Hercílio Luz, brasileiro, formado em Agronomia na Bélgica, o Governador do Estado que apoiou e concretizou a implantação da Estação Agrônômica; e Giovanni Rossi, médico e veterinário italiano, ativo participante do movimento anarquista, o qual, após organizar e

compartilhar da experiência de uma colônia socialista no Paraná (a Colônia Cecília), foi o primeiro diretor da Estação Agronômica de Rio dos Cedros (Santos, 1998).

Estes profissionais tiveram papel importante na Estação Agronômica do Estado e trouxeram para Santa Catarina as influências do ambiente cultural e acadêmico europeu. Em particular no que se refere à organização da ciência na Alemanha nesse período - estações experimentais financiadas pelo Estado -, este modelo, adotado no Brasil, foi escolhido também para a Estação de Rio dos Cedros. A decisão de adotar esse modelo deu-se, presumivelmente, pela influência do Dr. Hermann Blumenau que, mesmo depois de vir para o Brasil, mantinha freqüentes contatos com os meios intelectuais alemães, trazendo para a sua Colônia as inovações correntes na Europa. Essas influências podem ter sido reforçadas pela comprovada visão tecnocrática do Governador Hercílio Luz (Santos, 1998).

Outro fator importante a ser analisado é que, inicialmente, a Estação Agronômica fora criada com a finalidade de equacionar os problemas tecnológicos da cultura do tabaco, que era cultivado pelos colonos italianos de Rio dos Cedros, consistindo em importante produto de exportação da Colônia. Contudo, mais do que isso, o tabaco, na época, era uma cultura importante para a economia catarinense como um todo. Nas últimas décadas do século XIX verificou-se uma tendência ao incremento das exportações de fumo, no Estado, todavia o produto estava encontrando

dificuldades para entrar nos mercados europeus por apresentar problemas que demandavam soluções tecnológicas (como por exemplo o melhoramento genético de variedades e a resistência à “moléstia das raízes”), além de exigir condições apropriadas de acondicionamento para a exportação, de modo a evitar umidade e fermentação (Santos, 1998).

Nesse contexto foram importantes, também, as diversas tentativas de organização dos produtores de fumo em uma associação - a Sociedade Cooperativa do Cedro - que, a partir de 1899, passou a ter características de uma cooperativa. A Sociedade assumiu, então, a defesa dos interesses dos produtores italianos da Colônia, considerando a sua situação de subordinação aos colonos comerciantes alemães, o que lhes proporcionou autonomia para vender o fumo sem intermediários, diretamente para a Alemanha e até para outros mercados europeus, com maior margem de lucro.

Como consequência, verificou-se uma dinamização da produção do fumo, tornando mais premente a demanda por soluções tecnológicas que resolvessem os problemas associados ao seu cultivo e exportação e que geravam restrições nos mercados externos. Os dados pesquisados indicam, inclusive, que a Sociedade Cooperativa reivindicou ao Governo do Estado a criação da Estação Experimental durante uma visita realizada pelo Governador Hercílio Luz ao município de Blumenau (Santos, 1998).

Finalmente, cabe considerar o contexto político, no qual se destacou a figura de

Hercílio Luz, que havia contado com o apoio da população de Blumenau na Revolução Federalista e, ao ser eleito Governador do Estado, aprovou a lei de criação da Estação Agronômica e de Veterinária na Colônia de Rio dos Cedros, pertencente à Colônia Blumenau. As evidências apontam a possibilidade de que essa decisão tenha sido uma retribuição ao apoio que o município lhe havia conferido e uma forma de atender à aspiração dos produtores de fumo da região, organizados em associação (Santos, 1998).

Portanto, nesse contexto é que, em 1895, foi criada a Estação Agronômica e de Veterinária do Estado em Rio dos Cedros.

### A atuação da estação

Quando de sua implantação, a finalidade da Estação era resolver os problemas tecnológicos da cultura do fumo (Rossi, 1904). Nesse particular, ela desenvolveu trabalhos visando a criação de novas variedades resistentes à moléstia das raízes e promoveu a publicação de artigos em revistas da região, além da orientação técnica aos produtores. Também em conjunto com a Sociedade Cooperativa do Cedro, realizou gestões junto aos importadores europeus, as quais serviram como balizadoras para reorientar os estudos a serem realizados na Estação e os procedimentos a serem seguidos pelos produtores, incrementando, assim, as exportações de fumo da região e cumprindo com os fins para os quais havia sido criada (Santos, 1998).

Contudo, uma vez instalada, e tendo como seu Diretor o médico e veterinário italiano Giovanni Rossi, a Estação teve seus objetivos ampliados para além da cultura do fumo, passando a contemplar trabalhos de pesquisa em um grande leque de produtos, incluindo, entre outros, grãos, espécies frutíferas, forrageiras, florestais e atividades alternativas, como a exploração da apicultura, da oliveira e da seringueira (Santos, 1998).

A razão dessa ampliação era proporcionar aos colonos possibilidades para explorarem outros produtos, liberando-os da forte dependência dos comerciantes alemães e também das contingências do mercado do fumo (Rossi, 1904). Além disso, a diversificação dos produtos pesquisados passava a oferecer aos colonos novas opções alimentares e fontes de renda adicionais com a comercialização desses produtos, os quais, entre outras vantagens, poderiam utilizar plenamente a mão-de-obra familiar, inclusive de mulheres e crianças. Sob a direção de Rossi, a Estação buscou a diversificação, o intercâmbio de materiais com outras entidades, a publicação de orientações de interesse dos colonos, a divulgação de novidades no campo da agricultura, o assessoramento na organização de cooperativas e sindicatos, entre outras atividades, fugindo do modelo de atuação convencional das estações agronômicas dessa época (Santos, 1998).

Em 1904 a Estação Agronômica e de Veterinária foi transferida para a Capital do Estado<sup>2</sup>, onde sobreviveu até 1920, sendo sua fase mais profícua a que se estendeu de

sua criação até 1907, enquanto Giovanni Rossi atuou como seu Diretor. A partir daí ela entrou em um período de declínio, que culminou com sua extinção em 1920.

### 3 AS OUTRAS INICIATIVAS ATÉ O FINAL DA DÉCADA DE 20

A partir de 1920 a Estação Agronômica do Estado, também conhecida como Estação Agronômica de Pedra Grande, passa a ser denominada Granja Desterro (Santa Catharina, 1932), sendo destinada a outras finalidades. Os serviços agropecuários foram, então, transferidos para três outras estruturas voltadas principalmente para o fomento na área animal: a mais importante delas no “Districto da Trindade”, anteriormente era uma estação de monta que foi transformada no Posto Zootechnico “Dr. Assis Brasil”, pelo Decreto nº 63, de 26 de fevereiro de 1920; outra no “Districto do Ribeirão” - o Campo da Ressacada, e o terceiro em “Cannasvieiras”.

O Posto Zootechnico “Dr. Assis Brasil”, foi assim chamado em homenagem ao Governador gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil, considerado pelo então Governador Hercílio Luz, agora em seu segundo mandato (1918-1924), “um dos mais notáveis propugnadores da industria agropecuaria em nosso paiz” (Santa Catharina, s.d.). A principal finalidade do Posto era “melhorar a população bovina da Ilha, seleccionando-a racionalmente, á semelhança do que se pratica na ilha de Jersey, onde os inglezes, com sabias medidas legislativas e constante selecção,

conseguiram apurar uma raça dotada de excepçionaes qualidades como gado leiteiro” (Santa Catharina, s.d.). Por esse motivo foi proibida, a partir de 1919, a entrada de qualquer reprodutor de outra raça em território da Ilha de Santa Catarina, acreditando-se que tal medida iria viabilizar o propósito de “termos a ilha de Santa Catharina transformada numa ilha de Jersey” (Santa Catharina, s.d.).

O Posto foi transformado, em 1931, na Fazenda Modelo Dr. Assis Brasil, cujas atividades de melhoramento do rebanho da Ilha estenderam-se até a década de 60, quando sua área foi transferida ao Governo Federal para a implantação do campus da Universidade Federal de Santa Catarina. A atuação e os resultados dos trabalhos da Fazenda Modelo ainda estão em fase de pesquisa<sup>3</sup>; contudo já é possível afirmar que a escolha do gado Jersey se deveu ao fato de ser um gado de raça pura, rústica, de porte pequeno, com grande aptidão leiteira, e leite com alto teor de gordura, próprio para a produção de queijos gordos e manteiga, característica altamente desejável na época. Os animais que chegaram na Ilha vieram diretamente da Ilha de Jersey, vinculada à Grã-Bretanha, uma ilha pequena, com terras acidentadas, portanto com condições semelhantes às da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis. A intenção de Hercílio Luz era implantar, na Ilha de Santa Catarina, o melhor rebanho de gado Jersey do País.

A Fazenda Assis Brasil, portanto, foi concebida para fazer melhoramento do gado que era criado na Ilha para implantação de um novo rebanho para produzir reprodutores

e ser um centro de irradiação de gado Jersey para Santa Catarina. Durante muito tempo ela foi uma fazenda de gado Jersey. A idéia era que, ao final de aproximadamente 30 anos, todo o gado da Ilha fosse puro. Por meio de cruzamentos, as raças que existiam aqui seriam paulatinamente melhoradas.

Como decorrência dessa concepção, as demais estruturas foram criadas para dar suporte a essa política. A Fazenda Ressacada (que hoje pertence parte à Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Ciências Agrárias, e parte ao Aeroporto Hercílio Luz e à Base Aérea de Florianópolis) foi adquirida pelo Governador Hercílio Luz, também em 1920, para a “ampliação dos serviços agropecuários da Ilha de Santa Catarina” (Santa Catharina, s.d.), era considerada uma extensão da Fazenda Modelo Dr. Assis Brasil. Lá foram construídos estábulos considerados extremamente modernos, na época, e para lá eram mandados lotes de gado para multiplicação.

Também como parte da estrutura foram instalados, na Ilha, vários Postos e Estações de Monta que, assim como a Fazenda Ressacada, destinavam-se “à criação e aclimação do gado Jersey, além de se dedicarem á experiência e á difusão de plantas forrageiras” (Santa Catharina, 1922/ Lei nº 1.265, de 5 de setembro de 1919).

Entre os mais importantes estava a Estação de Monta de Cannasvieiras (que mais tarde passou a abrigar, durante muitos anos, uma colônia penal agrícola, e cuja área hoje é parcialmente mantida sob a administração da Secretaria Estadual da Agricultura como área de reflorestamento).

Havia, ainda, as estações de monta do Itacorubi e a de São João do Rio Vermelho. Essas estações de monta possuíam instalações e estábulos do tipo europeu e acredita-se que tenham sido as melhores instalações de Santa Catarina no que se refere à bovino-cultura.

Além dessas unidades, já funcionava, no Estado, desde 1905, um Campo de Demonstração e um “Posto Zootechnico” no município de Lages (Santa Catharina, 1905). O Campo de Demonstração tinha por objetivo prestar auxílio aos pecuaristas e agricultores do município, visando, sobretudo, incentivar a agricultura, especialmente de árvores frutíferas. O Campo alcançou bons resultados, introduzindo árvores frutíferas no município de Lages e distribuindo “mudas enraizadas” de várias espécies européias, procedentes da França, Alemanha, Argentina e Uruguai (Costa, 1982). O Campo de Demonstração dedicava-se também às culturas de cereais, hortaliças, frutíferas, gramíneas e espécies ornamentais. Por sua vez, o Posto Zootechnico, que em 1905 contava apenas com um reprodutor e uma novilha Hereford e um touro Holstein, já em 1911 possuía vários reprodutores bovinos “Holstein” e novilhas “Hereford” e um começo de rebanho ovino da raça “Lincoln” (Santa Catharina, 1911).

Com as dificuldades crescentes que o Governo Estadual encontrava para manter essas estruturas e com a então recente recriação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (em 1909), o Campo de Demonstração e o Posto Zootechnico

passaram para a esfera desse Ministério (a partir de 1912 e 1913, respectivamente). Com essa mudança foi instituído o Posto Zootechnico Federal<sup>4</sup> de Lages, que passou a ser dirigido pelo Dr. Charles Vincent (Costa, 1982), zootecnista belga que prestou valiosos serviços ao setor agrícola brasileiro, tendo dirigido vários outros estabelecimentos oficiais especializados na área animal. Em 1914 o Posto já dispunha também de reprodutores bovinos Schwitz e Flamengo, eqüinos Anglo-árabes e Ardeneses, suínos Berckshire e caprinos Angora (Santa Catharina, 1914). Na década de 20 o Posto passou a trabalhar com reprodutores bovinos de corte e misto das raças Flamengo e Hereford, que melhor se adaptavam à região, e atendia os criadores da região por meio de Estações de Monta Provisórias<sup>5</sup> nos municípios de Indaial, Tijucas e São Joaquim (Ribeiro, s.d.).

Também são encontradas, nos documentos oficiais, referências a outros estabelecimentos como o Campo de Demonstração e a Estação de Monta de São Pedro de Alcântara, em São José (Santa Catharina 1909, 1911, 1922) e a Estação de Monta de Tubarão. No município de Tubarão, em 1914, o Estado de Santa Catarina havia adquirido 20 hectares de terras e doou-os ao Governo Federal, além de ceder um prédio de sua propriedade à União, para instalação do “Aprendizado Agrícola de Tubarão”, para “o fim de nelles serem feitas as instalações definitivas e os respectivos campos de demonstração e experiências ...” (Santa Catarina, 1914).

A partir de 1924, além dos já citados,

também são encontradas referências à Estação de Monta de Bella Aliança (Santa Catharina, 1924); e na Mensagem do Presidente da Província à Assembléia Legislativa, em 1928, é mencionado, ainda, que os serviços de fomento agrícola e pastoril do Estado contavam com outros Postos Zootechnicos, como o “Dr. Adolpho Konder”, em Itajahy e o “Dr. Miguel Calmon”, em Joinville, e a Estação de Monta do Rio Teste, em Blumenau, e “Dr. Geraldo Rocha”, no Distrito de Vallões (Santa Catarina, 1928).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa revelam que, embora dependendo de apoio governamental e da ação de alguns agentes que atuaram como personagens especiais, a pesquisa agrícola em Santa Catarina teve presença e papel expressivos no início do século. Isto fica comprovado nos relatórios e publicações da época que, embora pouco numerosos, demonstram que, além das tecnologias e do conhecimento gerado, a Estação Agronômica, a Fazenda Modelo, os Campos de Demonstração, Postos e Estações de Monta, e outros órgãos tiveram também um relevante papel social - viabilizar meios para que os agricultores alcançassem melhor qualidade de vida.

O fato da Estação Agronômica não ser citada na literatura disponível sobre a história da pesquisa agrícola no Brasil e a constatação de haver sido, ela, uma rica experiência de organização científica, fazem com que seja importante trazer a público a

sua trajetória e seus resultados. Ademais, tem relevância especial a divulgação das atividades científicas desenvolvidas em Rio dos Cedros, por terem sido conduzidas sob a orientação de um intelectual anarquista, já que a história oficial negligenciou e até mesmo omitiu, até bem pouco tempo, a presença e a atuação anarquistas no Brasil.

A Fazenda Modelo Dr. Assis Brasil, cuja atuação está ainda em fase de levantamento e pesquisa, sugere aspectos interessantes a serem aprofundados: sua finalidade de gradual melhoramento racial e o ideal de chegar a uma raça pura na Ilha e no Estado, em sua fase inicial; e sua "politização", numa etapa mais tardia, na qual ela passou a atender mais aos interesses político-partidários do que à pesquisa zootécnica. Desse modo a Fazenda parece ter passado a ser mais um órgão de fomento do que de pesquisa e melhoramento do rebanho. Há indícios, inclusive, de que animais que deveriam permanecer na Fazenda para reprodução passaram a ser distribuídos a "cabos eleitorais" e políticos influentes, o que fez com que se perdesse o controle genético do rebanho e de sua genealogia.

Quanto às demais unidades, observa-se que elas passaram, desde a sua criação, por diversas alterações de função, denominações, estrutura, transferências de administração, e sofreram com a falta de definição de prioridades, descontinuidades e ênfases oscilantes. Ainda assim, constituíram a expressão concreta das políticas de desenvolvimento da ciência e da agricultura dos governos estaduais e das elites políticas do Estado de Santa Catarina

no período. Ademais, foram os elos de ligação entre o período inicial de organização da pesquisa agrícola em Santa Catarina e o período que se delineou a partir de 1930, no qual se verifica o ingresso e a presença determinante do Governo Federal estruturando as atividades de pesquisa e experimentação agrícolas no Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Carlos Monteiro de. **O desenvolvimento da agropecuária brasileira: da agricultura escravista ao sistema agroindustrial**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1992. 171p.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens - sua história e influência no sertão da terra firme**. v. 2. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4v. (Cultura Catarinense: história).

DUARTE, César Mário Lautert; SANTOS, Lucy Woellner dos; TAGLIARI, Paulo Sérgio; TEIXEIRA, José R. Junqueira; PIANA, Zenório. **Cem anos de pesquisa agropecuária em Santa Catarina - 1895-1995**. Florianópolis: EPAGRI, 1995. 37p.

GASTAL, Edmundo F. **Enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária**. Brasília: IICA, 1980. 207p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, 1929**. [online] Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu>. Texto capturado em 9 nov., 1999.

RIBEIRO, Affonso Maximiliano. **Estação Experimental de Lages se dedica à pesquisa animal.** Lages, s.d. 2f.

ROSSI, Giovanni. Estação Agronomica do Estado de Santa Catharina - **Relatório do anno de 1903.** Rio dos Cedros (município de Blumenau): 10 maio, 1904. 19p.

SANTA CATARINA. Lei n° 166, de 28 de setembro de 1895 Crêa no ponto mais conveniente do Estado uma estação Agronomica e de Veterinaria. **Collecção de leis promulgadas em 1895.** Leis do Estado de Santa Catharina 1895-1900. Florianópolis, 1900, p. 41-42.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 30 de julho de 1905, pelo Vice-Governador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Junior. Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1905. 30p.

SANTA CATARINA. Ofício do Director da Estação Agronômica do Estado, Dott. Tullo Cavallazzi, ao Director da Viação, Terras e Obras Publicas, A. M. Barroso, em 18 de janeiro de 1909, contendo o Relatório sobre a visita ao Campo de Demonstração de São Pedro de Alcântara. (Arquivo Público de Santa Catarina, Ofícios VTOP/D. 1909, p. 18, 19v.).

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911, pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1911. 91p.

SANTA CATARINA. Administração do Estado. Quatriennio de 1910 a 1914. Synopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho,

Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de junho de 1914. Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1914.

SANTA CATARINA. Decreto n° 63, de 26 de fevereiro de 1920 (Aprova o Regulamento que organiza o Posto Zootechnico "Dr. Assis Brasil"). In: **Collecção de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1920.** Florianópolis: Officina á elect. da Imprensa Official, 1920.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina. [S. l.: s. n. 1920?]. 80p.

SANTA CATARINA. Lei n° 1.265 prohibindo a introdução no Estado, de reproductores da raça Zebú, de 5 de setembro de 1919. **Collecção de Leis, Decretos e Resoluções, Anno de 1919.** Florianópolis: Officinas á elect. da Imprensa Official, 1922.

SANTA CATARINA. Lei n° 1.316, de 17 de setembro de 1919 (Orçando a receita e fixando a despesa do Estado para o exercício de 1920, para a Estação de Monta da Trindade e para as Estações de Monta de Tubarão e São Pedro de Alcântara). **Collecção de Leis, Decretos e Resoluções, Anno de 1919.** Florianópolis: Officinas á elect. da Imprensa Official, 1922.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1924, pelo Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina. [S. l.: s. n. 1924?]. 59p.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo doutor Adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catharina. 107p. (sobre Postos e Estações de Monta).

SANTA CATARINA. Decreto nº 82, que cria o Serviço de Expansão Agrícola e Pastoril e reorganiza a Diretoria de Terras e Colonização. Florianópolis, 1932. 26p.

SANTOS, Lucy Woellner dos. **Memória institucional da pesquisa agrícola em Santa Catarina**. Projeto apresentado à EPAGRI em setembro de 1992. Florianópolis, 1992. 11p. (mimeo)

SANTOS, Lucy Woellner dos. **Os primórdios da pesquisa com maçã em Santa Catarina**. Agropecuária Catarinense, Florianópolis/SC, EPAGRI, v. 7, n 3, set. 1994a, p. 20-22.

SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação Agrônômica de Rio dos Cedros: um início anarquista na pesquisa agrícola de Santa Catarina?** ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - Cultura, Memória, Poder. ANPUH, XII, Campinas, 5 a 7 de setembro de 1994. Programa e Resumos... Campinas: ANPUH, 1994b, p. 130-131.

SANTOS, Lucy Woellner dos. A pesquisa agrícola em Santa Catarina: uma visão histórica de sua organização. **ÁGORA** - Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, v. 12, n. 26, 2º semestre 1997, p. 30-43.

SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação Agrônômica e de Veterinária do Estado (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. 197p.

SOUSA, Ivan Sérgio Freire de. **A sociedade, o cientista e o problema de pesquisa**. São Paulo: Hucitec; EMBRAPA/SPI, 1993. 234p.

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre a criação, a trajetória, os resultados alcançados e a atuação da Estação Agrônômica, ver SANTOS, Lucy Woellner. Estação Agrônômica e de Veterinária do Estado (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, 1998.

<sup>2</sup> Em 1904 a Estação Agrônômica foi transferida de Blumenau para o "Arraial do Estreito", então município de São José (hoje bairro do Estreito, em Florianópolis, a Capital do Estado), no prédio que havia abrigado, anteriormente, a Hospedaria dos Imigrantes, onde permaneceu até 1907. Este local sedia, atualmente, o Portal Turístico de Florianópolis. Em 1907 foi novamente transferida, dessa vez para o "arrabalde" de Pedra Grande, ao norte de Florianópolis, no atual bairro da Agrônômica, local hoje transformado no Palácio da Agrônômica, a residência oficial do Governador do Estado.

<sup>3</sup> As referências à Fazenda Assis Brasil são muito exíguas na documentação existente. As informações aqui citadas, ainda em caráter preliminar, fazem parte de uma pesquisa que está em andamento, e foram obtidas de forma bastante fragmentada em documentos, relatórios, revistas, jornais e também em depoimentos, em especial do médico veterinário Jorge José de Souza e do engenheiro agrônomo Glauco Olinger.

<sup>4</sup> Segundo convenção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1929), os Postos Zootécnicos Federais (Pinheiro, no Estado do Rio de Janeiro e Lages, em Santa Catarina) eram "... entre os estabelecimentos

de criação e monta, aquelles de mais elevada categoria. Cumpre-lhes, pela organização actual, executar trabalhos technicos de maior importancia, para o que devem possuir maior aparelhamento e pessoal tecnico mais especializado...” (p. 210). A eles estavam vinculadas as Estações de Monta, onde eram mantidos reprodutores destinados ao serviço de monta.

<sup>5</sup> As Estações de Monta Provisórias tinham carácter temporário; eram instaladas em propriedades dos criadores por um tempo determinado, e seu objetivo era colocar à disposição de particulares reprodutores de boa qualidade, visando à melhoria dos seus rebanhos e, em última análise, à melhoria do rebanho nacional. Possibilitavam, também, expandir as observações sobre os resultados obtidos com a prática deste método de reprodução (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1929, p. 210).